



## DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DE PESCA DO RIO GRANDE DO NORTE

## INEQUALITIES AND RESISTANCES IN THE FISHING TERRITORIES OF RIO GRANDE DO NORTE

Janaiky Pereira de Almeida<sup>1</sup>  
Caroline Tertulino da Silva<sup>2</sup>  
Erica Emanuelle Costa Santiago<sup>3</sup>  
Karinna Lúcia de Melo Macena<sup>4</sup>

**Resumo:** Na sociedade patriarcal, capitalista e racista, a organização social do trabalho tem como determinações as relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, as quais estão presentes nas diversidades das áreas urbanas e rurais, e impactam diretamente na articulação política da classe trabalhadora. Tendo este expoente como base de análise, o texto a seguir possui o objetivo de analisar a resistência dos/as trabalhadores/as rurais diante do capitalismo, com ênfase nas atividades pesqueiras no Estado do Rio Grande do Norte (RN). Além disso, busca evidenciar como esses espaços políticos permanecem inacessíveis a segmentos da classe trabalhadora, ainda que desenvolvam as mesmas atividades trabalhistas, a exemplo das mulheres. As reflexões apresentadas fundamentam-se na revisão de literatura, que recorre a dados secundários para embasá-las, aliada à participação de algumas autoras em projetos de extensão no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, voltados aos povos tradicionais e suas formas de resistência no estado. Consideramos que produzir e compartilhar conhecimento sobre a auto-organização da classe trabalhadora é essencial, tanto para a preservação da memória quanto para o fortalecimento da consciência coletiva, contribuindo para a compreensão crítica da realidade social e das relações desiguais que a atravessam.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela UERN; Mestrado em Serviço Social pela UFPE e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente do Departamento de Serviço Social da UFRN. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED-UFRN) e do Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). E-mail: [janaiky.almeida@ufrn.br](mailto:janaiky.almeida@ufrn.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9139-939X>

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRN; Mestranda em Serviço Social no programa de pós-graduação da UFRN; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED-UFRN). E-mail: [caroline.tertulino.017@ufrn.edu.br](mailto:caroline.tertulino.017@ufrn.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1248-0868>

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRN; Mestranda em Serviço Social no programa de pós-graduação da UFPE; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED-UFRN). E-mail: [ericaemanuelle84@gmail.com](mailto:ericaemanuelle84@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0602-1913>

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRN; Mestranda em Serviço Social no programa de pós-graduação da UFPE; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED-UFRN). E-mail: [karinna.macena123@ufrn.edu.br](mailto:karinna.macena123@ufrn.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0475-3733>

**Palavras-chave:** Comunidades pesqueiras, organização política, classe trabalhadora.

**Abstract:** In a patriarchal, capitalist, and racist society, the social organization of labor is determined by class, race, and sex/gender social relations. These determinations are present in the diversities of urban and rural areas and have a direct impact on the political organization of the working class. Based on this analytical framework, the text we present aims to address the resistance of rural workers to capitalism, with an emphasis on fishing activities in the state of Rio Grande do Norte (RN). We also highlight how these political spaces are often inaccessible to part of the working class that develops the same labor activities, such as women. The reflections presented in this article are the result of ongoing research developed within the Social Work course at the Federal University of Rio Grande do Norte. They also reflect the authors' involvement in extension projects with the same theme and previous research on traditional peoples and their resistance in RN. We consider that producing and socializing knowledge about the self-organization of the working class is important for both memory and understanding that analyses of reality, based on social relations, can contribute to the collective consciousness process of the subjects with whom we dialogue about social reality.

**Keywords:** Fishing communities. Political organization. Working class.

## INTRODUÇÃO

*"Minha jangada vai sair pro mar  
Vou trabalhar, meu benquerer  
Se Deus quiser, quando eu voltar do mar  
Um peixe bom eu vou trazer  
Meus companheiros também vão voltar  
E a Deus do céu vamos agradecer"  
(Dorival Caymmi)*

O rural é diverso, bem como a constituição da classe trabalhadora que atua neste espaço. Comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, das florestas e das águas têm em comum o trabalho na natureza como principal meio de subsistência. No entanto, esta natureza é afetada e é parte de como se organizam as relações sociais na sociedade patriarcal, capitalista e racista.

Com o avanço do agronegócio, das grandes empresas e das configurações da sociedade capitalista no campo, as relações de trabalho têm historicamente sofrido modificações, entre o êxodo rural e novas modalidades de vínculos trabalhistas, atrelado a diversidade de trabalhos de agricultores, ribeirinhos e demais populações rurais.

Neste espaço, no enfrentamento à exploração e desigualdades, têm surgido diversas organizações políticas como o Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento

dos Pequenos Agricultores<sup>5</sup>; bem como Associações Rurais e Cooperativas. Na particularidade deste trabalho, dialogaremos sobre a organização política de pescadores/as no Estado do Rio Grande do Norte.

As discussões apresentadas neste artigo derivam da sistematização de pesquisas sobre as condições de vida e trabalho das mulheres negras no RN, das quais todas as autoras possuem participação direta. Também expressam a atuação política de uma das integrantes em mobilizações pela preservação ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, onde reside e realiza ações de extensão pela UFRN. Além disso, o estudo se apoia na revisão de literatura e no uso de dados secundários para embasar as análises.

As reflexões aqui elaboradas é um esforço coletivo de somar na elaboração sobre a história de vida dos povos do RN, "esquecidos" pela historiografia oficial, bem como referenciar as diversas formas históricas e atuais de organização política da classe trabalhadora neste Estado.

## 1 – A SOCIEDADE CAPITALISTA E O TRABALHO NA ÁREA RURAL

*"Não posso respirar, não posso mais nadar  
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar  
Se plantar não nasce, se nascer não dá  
Até pinga da boa é difícil de encontrar"  
(Luiz Gonzaga e Agnaldo Batista)*

O trabalho desempenha um papel central no desenvolvimento da sociedade. Uma importância que se mantém atualmente, adaptando-se às características específicas de cada período histórico. Contudo, é essencial reconhecer que, embora o trabalho seja peça fundamental na estruturação do ser social, ele não é capaz por si só de explicar todas as nuances das relações sociais. A realidade, como enfatiza Marx (1982, p. 14), é "uma rica totalidade de determinações e relações diversas".

Compreender a realidade concreta requer uma abordagem que leve em conta sua totalidade. Dessa forma, a centralidade do trabalho expressa sua prioridade

---

<sup>5</sup> Para conhecer melhor sobre a forma de organização e princípios que norteiam a luta de tais movimentos, consultar as páginas: <https://mmcbrasil.org/>; <https://mab.org.br/>; <https://mst.org.br/>; <https://mpabrasil.org.br/>

ontológica como elemento constitutivo do ser social. No entanto, conceder tal prioridade a uma categoria não implica em separá-la ou hierarquizá-la em termos de valor.

Lukács aborda o conceito de prioridade ontológica ao estabelecer uma relação entre o ser, a consciência e os processos de produção e reprodução:

*Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência [...] O mesmo vale, no plano ontológico, para a prioridade da produção e da reprodução do ser humano em relação a outras funções. (1979, p. 19).*

O avanço da capacidade teleológica humana resultou de contínuos aprimoramentos na interação do ser humano com a natureza, buscando superar as limitações naturais e ampliar sua influência sobre o mundo.

Foi por meio do trabalho que homens e mulheres construíram um ambiente exclusivamente humano, permitindo não apenas a satisfação de necessidades básicas, mas também o desenvolvimento de outras mais complexas. Conforme Lukács (2004, p. 62) destaca, "através do trabalho torna-se, por um lado, modelo de toda práxis social na medida em que – ainda que através de mediações muito diversificadas – se realizam sempre posições teleológicas, em última análise, de ordem material".

Ao longo da história, os seres humanos foram criando maneiras de produzir e interagir entre si. O capitalismo é apenas uma dessas formas, fundamentada na apropriação privada dos resultados do trabalho pelo capital, impulsionando sua contínua expansão. Em contrapartida, tal estrutura revela uma contradição intrínseca: a crescente pauperização (relativa ou absoluta) daqueles que produzem os bens por meio do trabalho assalariado.

Nos estudos de Marx acerca da sociabilidade capitalista, ele evidencia como o conflito de classes entre os trabalhadores e o capital surge de uma estrutura baseada no antagonismo: as forças produtivas, de modo geral, passam a ser divididas, desproporcionalmente, entre as classes detentoras dos meios de produção (burguesia) e as das forças de trabalho (proletariado). Estes, trabalhadores "livres", possuem o dever de vender a própria força de trabalho para contribuir com o pilar do sistema em questão, de maneira a produzir o excedente (e, conseqüentemente, a mais-valia) em

troca de um salário. A exploração nas relações de trabalho na sociedade capitalista é, portanto, ineliminável.

Assim, esse cenário é mantido pelo enigma da mercadoria, o qual cria a ilusão de que a realidade social é uma realidade natural. Isso faz com que homens e mulheres, sujeitos criadores e transformadores da realidade do mundo humano, passem a não se reconhecer enquanto tal.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (Marx, 1982, p. 71)

No contexto hodierno, com a Terceira Revolução Tecnológica – marcada pelo avanço da robótica e da informática –, as mudanças no mundo do trabalho apresentam enormes desafios para a classe trabalhadora, sobretudo na área rural. Essas mudanças têm levado a um processo direto de intensificação e precarização do trabalho no campo, tão significativo que, combinado com os mecanismos ideológicos promovidos pelos princípios neoliberais, têm dificultado a organização e a luta dos diversos segmentos da classe trabalhadora, em escala global.

Kautsky (1986), ao estudar as transformações ocorridas na agricultura no final do século XIX, utilizando o método de análise marxista aplicado ao campo, argumentava que o desenvolvimento do capitalismo resultaria no desaparecimento gradativo de outras formas não-naturais desse sistema.

Conforme o autor, com a integração agricultura-indústria, os trabalhadores rurais, aos poucos, passam a se inserir no sistema capitalista, para se tornarem assalariados ou focados na produção para o mercado. Ele destaca que, à medida que se aproximam dos padrões capitalistas de produção, tornam-se mais visíveis as diferenças técnicas entre as grandes propriedades agrícolas e os pequenos produtores rurais.

A partir disso, Kautsky (1986) argumenta que a pequena produção tem dificuldades para sobreviver em uma sociedade dominada pelo capitalismo, devido às

vantagens da grande propriedade e à competição. No entanto, esse desaparecimento não ocorreria de forma imediata, uma vez que a pequena propriedade possui mecanismos de resistência.

Assim, ao discutir o trabalho na área rural, é fundamental reconhecer que este contempla uma enorme pluralidade de povos e comunidades. Além dos trabalhadores tradicionais do campo, há também os das florestas, dos cerrados, das águas etc. – à exemplo das comunidades pesqueiras, indígenas e quilombolas –. Cada um com sua singularidade de modo de vida, de produção e relações com o meio ambiente que, por vezes, são distintos da lógica capitalista dominante. E, por isso, sofrem com o avanço do agronegócio e a pressão exercida sobre seus territórios por interesses financeiros.

Como resultado, o avanço do agronegócio tem exercido uma pressão gradativa na vida das comunidades rurais, ameaçando não apenas seus meios de subsistência, mas também sua identidade cultural e seus direitos territoriais. As práticas agressivas do agronegócio, como o desmatamento e o uso indiscriminado de agrotóxicos, têm devastado ecossistemas inteiros e expulsado povos de suas terras. Comunidades indígenas e quilombolas, em particular, têm sido frequentemente alvos de violência e discriminação em nome do desenvolvimento econômico.

Em relação às comunidades pesqueiras, acompanhamos na última década diversos desastres ambientais que tiveram repercussões na dinâmica de vida e trabalho de pescadores/as, como o rompimento de barragem de minério em Brumadinho, em 2019, causando a morte de 272 pessoas e espalhando resíduos de minério pelo rio Paraopeba, bem como o aparecimento, no mesmo ano, de manchas de óleo em diversas praias do território brasileiro, conforme aponta CNN Brasil (2024). Ambos desastres, para além dos transtornos ambientais, interferiram diretamente nas atividades de pesca e, conseqüentemente, nas condições de vida e trabalho dos/as pescadores/as.

## **2. – PESCADORES E MARISQUEIRAS: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MAR E DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA**

*"Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta*

De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca possui  
A estranha mania de ter fé na vida"  
(Milton Nascimento)

No desenvolvimento da sociedade capitalista a divisão dos espaços segue uma territorialidade pautada no ordenamento econômico da produção, como aponta Harvey (2005) sobre a produção capitalista do espaço. Esta divisão, quando analisada de maneira isolada, tende a gerar falsas dicotomias a exemplo da separação entre rural e urbano, campo e cidade, produção e reprodução. Neste artigo, entendemos que:

*De acordo com a concepção materialista, o fato decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro, a produção do homem [e da mulher] mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro. (Engels, 1961, p.4<sup>6</sup>).*

Delineamos também como pressuposto inicial para o debate sobre a divisão sexual do trabalho o reconhecimento do trabalho das mulheres não somente no espaço da reprodução, como uma esfera isolada da produção, mas como parte do processo de produção do trabalho social (Almeida, 2017).

*No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. As exigências da análise, leva-nos a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução. Compreendidas dessa forma, a produção e a reprodução são indissociáveis. Não se pode pensar uma sem a outra; uma é a condição da outra. Curiosamente, no entanto, enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da*

---

<sup>6</sup> Prefácio à primeira edição (1884).

*reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução (Combes; Haicault, 1986, p.24-25).*

Para as autoras a subordinação da reprodução a produção, postas como esferas separadas e hierarquizadas se apoia na subordinação das mulheres aos homens sobre a qual repousa a divisão sexual do trabalho. Portanto, na sociedade capitalista a divisão social do trabalho se soma a divisão sexual do trabalho. Na particularidade da formação social brasileira se interliga ainda o que, algumas autoras, vem denominando de divisão racial do trabalho (Gonzalez, 1980).

Este arcabouço inicial é o chão sob o qual se estrutura a análise da divisão sexual do trabalho nas atividades de pesca, atrelado a compreensão do rural como parte da totalidade da sociedade capitalista na relação entre os seres humanos e a natureza. Para além do diálogo sobre o trabalho em si e como este vem mudando, com a privatização dos meios de produção, conforme vimos no tópico anterior, apontamos como as relações sociais de classe, raça e sexo/gênero se imbricam na reprodução cultural, econômica e política das relações entre homens e mulheres na área rural e mais particularmente nas zonas marítimas.

Como um caleidoscópio de várias épocas, o modo como se estrutura o trabalho no mar mantém elementos considerados arcaicos ou mais artesanais, coexistindo com novas tecnologias marítimas, as quais são inacessíveis à maior parte das comunidades pesqueiras. O conhecimento sobre a natureza que é a base de sustentação da atividade de pesca ganha novos entornos com o avanço da degradação do meio ambiente e a introdução de novos empreendimentos que afetam diretamente a atividade pesqueira e tem repercussões no modo de vida das comunidades.

*O conhecimento da natureza é a principal base de sustentação. Muitos pescadores afirmam que identificam o peixe através da lua e da maré, conhece os pontos de pesca pelos sinais das diferentes águas. Mas, esta natureza, por causa da intervenção humana, está sendo modificada de forma agressiva. A consequência é que cada vez se torna mais difícil identificar os elementos da natureza como orientadores do ciclo da vida pesqueira (...). A identificação da natureza faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física e cultural das populações pesqueiras. A característica principal do ser do pescador e da pescadora artesanal é a sua tradicionalidade, o modo de viver e de se relacionar com a natureza. Possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de*

*suas famílias e dos estoques pesqueiros. (Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais, s/a, p.4)*

Aqui queremos dar ênfase ao debate sobre sustentabilidade familiar e articulá-lo ao diálogo sobre como a divisão sexual do trabalho se expressa no espaço rural e mais particularmente no mar. Compreendemos, no entendimento das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, que as tradições também são imbuídas de elementos conservadores, uma vez que se forjam no seio da sociedade patriarcal, capitalista e capitalista, por mais que expresse também contradições e resistências.

*A pesca artesanal é marcada, fortemente, pelo patriarcado e também pela tradicionalidade cultural existente, no qual o ato da captura do pescado seria executado apenas por homens (...). Ao que se pese, a tradicionalidade que perpassa nas colônias de pesca artesanal e na interferência do trabalho feminino, coadunam com a invisibilidade destas e com o não reconhecimento como sujeitos de direitos. (Neto; Silva; Amaral, 2021, p. 106, 107).*

No que se refere à sustentabilidade familiar e ao trabalho das mulheres, Saffioti (2013, p.61) aponta com precisão que "em todas as épocas e lugares tem ela [a mulher] contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social". No entanto, seja nos espaços urbanos em sua diversidade, seja na diversidade dos espaços rurais este trabalho não é valorizado, bem como reconhecido como parte da engrenagem que sustenta o sistema capitalista.

Na área rural, historicamente o trabalho das mulheres era e ainda é considerado apenas como ajuda, o que dificultou, por muito tempo, a própria identificação das mesmas como agricultoras, ou no caso do trabalho no mar, como pescadoras.

Aparentemente pode-se inferir que se trata apenas de uma nomeação abstrata, no entanto, a ausência de nomeação como trabalhadoras tem três repercussões reais na vida delas: 1 - Desafio para acessar os direitos vinculados à categoria profissional em que se encontram; 2 - Desafio de se organizar politicamente a partir do reconhecimento enquanto classe trabalhadora e não apenas como "ajudante" do trabalhador; 3 - Na divisão do trabalho fica responsável por atividades que são historicamente mais penosas - por considerar que a mulher é mais "paciente e mais resiliente" - e contraditoriamente ao esforço empreendido, mais desvalorizadas. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelas marisqueiras.

Nas colônias pesqueiras existe uma hierarquia fundamentada na divisão sexual do trabalho. No geral, as mulheres costumam ser responsáveis por atividades consideradas “mais leves” como a mariscagem que é feita no manguezal e requer paciência, enquanto os homens ficam com os trabalhos considerados pesados que no geral envolvem força física (Calazans, 2017).

Em uma pesquisa<sup>7</sup> realizada com pescadores no ano de 2017 no quilombo de São Braz em Santo Amaro – Bahia com o intuito de identificar a hierarquia de gênero no meio do trabalho com a pesca, foram feitas entrevistas para que pudessem captar a maneira como enxergavam esse tema. Em uma das falas, uma das mulheres marisqueiras diz que a pesca costuma ter uma atuação predominantemente masculina, pois por muitas vezes exercerem atividades que precisam de muita força física, como por exemplo, o manuseio da rede de pesca. Ainda assim, ela cita algumas mulheres que exercem a mesma função dos homens, mas reforça que é preciso “arriscar” esticar a rede, atribuindo um ato de “coragem” para as mulheres que o fazem.

Mesmo a mariscagem carregando o estereótipo de atividade leve, no mangue é preciso de bastante esforço físico, já que é necessário inserir o braço inteiro na lama a procura dos siris, além de que ao andar as pernas afundam de maneira que a ação acaba sendo exercida com o corpo quase inteiro submerso. Após isso, as mulheres ainda precisam fazer o processo da catação onde retiram as carnes das conchas e siris para que possam ir à venda. Nota-se que o trabalho exercido por elas nas colônias é essencial para a manutenção de suas operações, pois os alimentos só alcançam a etapa final de comercialização após passar pelo trabalho delas (Rodin, 2021).

A problemática do preconceito encontrado nas colônias quando se trata da divisão sexual do trabalho está intrinsecamente ligada às questões raciais. Os poucos estudos encontrados sobre as mulheres na pesca revelam que a maioria delas são negras, o que traz outras nuances ao processo de exploração. Mas para além disso, o perigo está na hierarquização do trabalho que rotula as atividades exercidas por elas como frágeis, quase sempre associando-as ao fracasso e ao insucesso da pesca, o que resulta

---

<sup>7</sup> A pesquisa foi realizada por Roseni Santana Calazans, com o título “Marisqueira é pescadora: mulheres negras do quilombo de São Braz”.

na falta de reconhecimento delas na profissão. Isso acaba contribuindo para o difícil acesso e criação de políticas públicas voltadas para o trabalho de mulheres pescadoras.

O projeto “De mãos dadas criamos correnteza”<sup>8</sup> reafirma isso quando cita que as mulheres negras que trabalham nas águas carregam consigo não somente o estigma racial, mas também sofrem com a relação de poder patriarcal e com a sobrecarga de trabalho, sendo elas responsáveis pelo trabalho reprodutivo e cuidado da família. O conjunto dessas características as torna invisibilizadas, fazendo com que elas não tenham reconhecimento nem mesmo dentro da profissão. Um exemplo disso é que muitas não têm acesso a carteira de pesca, e acabam representando apenas 24,35% do registro geral.

Ao examinar a realidade específica das mulheres marisqueiras, torna-se evidente que essa disparidade se manifesta de maneira acentuada. Não apenas enfrentam a carência de acesso a políticas públicas, mas também as condições precárias de subsistência laboral e a falta de reconhecimento de seu trabalho, intensificando a precariedade inerente a essa atividade.

### 3 – ORGANIZAÇÃO COLETIVA E COMUNIDADES PESQUEIRAS NO RN

*“Jangada  
Que enfuna a vela e desafia o mar  
E vai  
Levando um punhado de gente valente pro Sul  
As estrelas o rumo lhe dão  
E nas noites, se o céu é azul  
Essa gente valente, contente, se põe a cantar”  
(Silvio Caldas)*

O Rio Grande do Norte apresenta uma vasta diversidade cultural e socioeconômica, principalmente no que se refere às comunidades tradicionais pesqueiras. Ao total, são cerca de 98 espalhadas pelo Estado, em 25 municípios (MPA, 2012; IBAMA, 2010 apud Silva; Miler, 2019, p.97), conforme exibido abaixo.

---

<sup>8</sup> O projeto “De mãos dadas criamos correnteza: populações costeiras fortalecidas na luta por justiça socioambiental e climática” surgiu em 2022 com o intuito de estabelecer uma discussão sobre clima, meio ambiente e direitos humanos, cobrando por direitos e deveres do Estado. O projeto está no Ceará, Recife e Rio de Janeiro e foi criado e financiado pela União Europeia, embora enfatize que o conteúdo publicado no site oficial nem sempre representa a posição da União.



Mapa elaborado por Cruz (2024), a partir de dados fornecidos pela FEPERN.

As comunidades que possuem a pesca artesanal como forma de subsistência, por vezes são afetadas pela falta de políticas públicas efetivas e pelas grandes indústrias capitalistas que ambicionam explorá-las – o que impacta, conseqüentemente, na luta coletiva da população pesqueira –.

No que se refere a identificação de organizações coletivas nesses territórios, ainda são poucos os movimentos coletivos identificados, frente ao avanço na exploração destrutiva dos recursos naturais, que são as principais fontes de renda das comunidades tradicionais pesqueiras. Com base nas análises bibliográficas<sup>9</sup>, identificamos que a produção científica sobre o tema ainda possui um déficit, tendo em vista a dimensão do Estado, e das diversas comunidades pesqueiras que o compõem.

Os principais trabalhos identificados nos últimos anos, que possibilitaram visualizar a organização coletiva nas comunidades tradicionais pesqueiras, foram referentes a comunidade de Enxu Queimado<sup>10</sup>. Esta se trata da luta pelo território, pela preservação

<sup>9</sup> Foi realizado um levantamento bibliográfico nos materiais publicados a partir do ano de 2007 até 2023. Este levantamento se deu por meio de revistas, bancos de teses, dissertações, monografias e sites; onde as principais áreas que abordaram o tema foram: ciências sociais, geografia e antropologia.

<sup>10</sup> Enxu Queimado é uma comunidade na qual os moradores se autodeclararam como Comunidade Tradicional Pesqueira. Está situada a 147 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Conta com aproximadamente 2.400 pessoas vivendo na comunidade fundada há mais de 100 anos. Das 810 moradias, 97% está situada

ambiental e direitos sociais, sobretudo das mulheres marisqueiras e dos pescadores (Medeiros, Miler, 2023).

Similarmente, a pesquisa realizada buscou compreender as ações de mobilização realizadas pelos (as) moradores (as) da comunidade, para evitar a sua desterritorialização (Vital, Moura, 2023), frente ao avanço das empresas de energia eólica, que tentam implantar seus negócios, em sobreposição às demais atividades fonte de renda da população local.

Arelado a isso, analisamos trabalhos que procuram identificar o perfil e os aspectos socioeconômicos nas comunidades de Patané/Camocim (Arez/RN)<sup>11</sup> (Silva; Miller, 2019), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (Dias; Rosa; Damasceno, 2007); como também, em Tibau do Sul (Silva; Oliveira; Junior, 2013), a fim de analisarmos a forma como essas condições implicam na organização coletiva dos pescadores e das mulheres marisqueiras. Um dos elementos identificados como desafio, são as condições objetivas econômicas, o que influencia diretamente nas questões de subsistência dessas pessoas e implica no tempo destinado ao trabalho e às lutas sociais. Ademais, existe o cansaço físico pela sobrecarga de trabalho, o que desafia todas as formas de mobilizações coletivas.

Contudo, algumas comunidades ainda resistem a esses processos destrutivos: a luta pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – criada pela Lei 8.349 de 18 de julho de 2003 –, é exemplo da resistência popular, a qual teve um protagonismo expressivo das comunidades que a compõe, sendo as mais expressivas no território: Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinhos<sup>12</sup>. Em sua maioria, composta por pescadores e marisqueiras.

---

na zona rural. (Marco Zero, 2023). Disponível em: <https://marcozero.org/comunidade-de-enxu-queimado-garante-direito-a-terra-apos-empresa-nao-provar-posse-do-terreno/#:-text=Aproximadamente%20400%20pessoas%20vivem%20na.a%20pandemia%20de%20covid%2019>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>11</sup> O município de Arez localiza-se no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte. As comunidades de Patané e Camocim estão inseridas na porção leste do município de Arez Os principais acessos às duas comunidades são pela Rodovia Federal (BR-101) e pelas Rodovias Estaduais (RN-061 e RN-002). Segundo informações da Prefeitura Municipal (2013), as duas comunidades compreendem aproximadamente 2.000 (dois mil) habitantes, em sua maioria, nativos e - em menor número - nascidos em municípios vizinhos, como Senador Georgino Avelino e Nisia Floresta. (Silva; Miler, 2019).

<sup>12</sup> As comunidades de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho são distritos vizinho e pertencem ao município de Macau. O município de Macau compreende uma área de 788 km<sup>2</sup> (sendo 83,41 km<sup>2</sup> ou 10,58% localizado dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão RDSEPT) e uma população

Goulart (2007) pontua a participação das mulheres nesse processo coletivo, a fim de historicizar os acontecimentos, expressando que “as ações de des-historicização que, no Ocidente, retiram as mulheres da cena comunitária desvalorizando ou tornando invisíveis os seus papéis de agentes da construção social” (2007, p.8). Desse modo, percebemos a importância de estudos como este, que evidenciam a participação das marisqueiras, as quais fazem parte da história e formação de diversas comunidades.

Além dos estudos já realizados, identificamos, através de uma tabela disponibilizada pela Federação Dos Pescadores Do Rio Grande Do Norte - FEPERN (2024), a relação dos endereços das colônias de pesca do Estado do Rio Grande do Norte. No entanto, não podemos afirmar se todas estão em pleno funcionamento e se atendem aos direitos e interesses dos pescadores e das marisqueiras. É comum observar, como afirma Dias, Rosa e Damasceno (2007), que “os interesses políticos e a “politicagem” que movem diversas colônias de pescadores litoral afora, prevalecem, negando às mulheres trabalhadoras da pesca, o acesso a direitos trabalhistas já conquistados por essa classe tão marginalizada.” (2007, p.32).

A ausência de conhecimento acerca do funcionamento efetivo das colônias pesqueiras incita uma reflexão crítica não apenas sobre as condições laborais e de vida dos pescadores e marisqueiras das comunidades no RN, mas também sobre as mulheres, historicamente relegadas a ocupar os espaços de trabalho mais precários.

## CONCLUSÕES

Os apontamentos aqui apresentados, apesar de se constituir a síntese de um estudo inicial, nos permite conectar a um conjunto de análises sobre os impactos do desenvolvimento capitalista e sua avassaladora caminhada de degradação do meio ambiente e da forma de organização do trabalho individual e coletivo.

Percebemos com os estudos acerca do tema abordado, que as mudanças no mundo do trabalho, sobretudo nas áreas rurais e da pesca apresentam uma série de desafios, diante do avanço do agronegócio que intensifica a exploração e degradação

---

estimada em 31.592 habitantes em 2016 (IBGE, 2016). A distância da RDSEPT (Comunidade de Diogo Lopes) até a capital do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal, é de 182 km com acesso pela BR 406. (IDEMA, 2018).

do meio ambiente prejudicando principalmente os trabalhadores rurais que dependem dos recursos naturais para sobreviver.

No Rio Grande do Norte nota-se que há uma diversidade no que se refere à economia e cultura no Estado, quando observamos a existência de diversas comunidades pesqueiras, que por vezes dependem da pesca artesanal como principal fonte de renda. Contudo enfrentam a pressão das grandes indústrias capitalistas que tentam invadir seus territórios a fim de explorar não só suas forças de trabalho, mas principalmente os recursos naturais que os cercam. Diante dessas situações e embates, muitas comunidades resistem e se organizam coletivamente contra o avanço destrutivo do capital.

Assim, é crucial enfatizar a importância desses espaços enquanto ambientes de reconhecimento profissional e de oportunidade para que os/as trabalhadores/as do mar (pescadores/as e marisqueiras) se organizem coletivamente como agentes políticos. Por meio dessa organização, buscam fortalecer o acesso aos direitos frequentemente negligenciados, sobretudo no que concerne à proteção e preservação de seus territórios e ambientes de trabalho.

No que se refere a realidade das mulheres pescadoras, estas vivenciam situações de exploração e dominação, como repercussão da sociedade patriarcal, capitalista e racista, da qual o rural, em sua diversidade, também é parte. Uma análise do trabalho no mar, bem como das organizações políticas dos trabalhadores que compõe este segmento deve prescindir sempre de uma análise da totalidade social nas relações de classe, raça e sexo/gênero, sem a qual a aproximação do conhecimento da realidade estará cada vez mais distante.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. *Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina*. Brasília: UnB, 2017 (Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Política Social)

CALAZANS, R. S. (2017). MARISQUEIRA É PESCADORA: MULHERES NEGRAS DO QUILOMBO DE SÃO BRAZ - SANTO AMARO, BAHIA. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 9(23), 82-108. 2017. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/508>

CNN Brasil. Brumadinho: 5 anos - Familiares e amigos prestam homenagens às vítimas da tragédia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brumadinho-5-anos-familiares-e-amigos-prestam-homenagens-as-vitimas-da-tragedia/#:~:text=A%20barragem%20BI%20da%20mineradora,maiores%20desastres%20ambientais%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 02 abr. 2024.

COMBES, D.; HAICAULT, M. *Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classe*. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. *O sexo do trabalho*. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 23-43).

CRUZ, H. M. S. Mapa Colônias Potiguares. Natal/RN 11 de abril de 2024 (Email).

DIAS, T. L. P.; ROSA, R. de S.; DAMASCENO, L. C. P. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil). *Gaia Scientia*, [s. l.], ed. 1, 2007.

ENGELS, F. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol.3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1961.

Federação Dos Pescadores Do Rio Grande Do Norte - FEPERN (2024)

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980.

GOULART, L. L. *O canto das senhoras :Análise do discurso do sujeito coletivo (DSC) de velhas mulheres da Ponta do Tubarão, no Rio Grande do Norte*. 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

IDEMA. *Plano de manejo da RDS Ponta do Tubarão: Diagnóstico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão*. Natal: FUNCITERN, 2018.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas).

LUKÁCS, G. *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios fundamentais de Marx*. Tradução C. N. Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEDEIROS, P. J. A. C.; MILLER, F. S. "Pra Defender Meu Território, Viro Enxu" – Sobre A Luta Das Mulheres Em Defesa Do Território Tradicional De Pesca De Enxu Queimado - Rn. *TESSITURAS*, Pelotas | RS, v. 11, ed. 1, jan–jun 2023.

Movimento dos pescadores e pescadoras Artesanais. Cartilha para trabalho de base da Campanha pelo território pesqueiro. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro.pdf>. Acesso dia 12/03/2024.

NETO, J. N.; SILVA, R. O.; AMARAL, S. C. de S. *Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil*. In: *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 16, n. 43, p. 103–128, dez., 2021.

Rio Grande do Norte. *Lei 8.349 de 18 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos Municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências*. Natal: Câmara Estadual (2003). Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000043673.PDF> Acesso em: 08 mar. 2024

RODIN, P. *Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras de Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil)*. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 23, E202133pt, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, J. E. L.; JUNIOR, E. L. *Características socioeconômicas e culturais de comunidades litorâneas brasileiras: um estudo de caso – Tibau do Sul – RN*. *Bol. Téc. Cient. CEPENE, Tamandaré – PE* – v. 19, n. 1, 2013

SILVA, L. K. T.; MILER, S. *Pesca artesanal no litoral sul potiguar: perfil socioeconômico, dificuldades e perspectivas*. *Vivência*, [s. l.], n. 53, 2019.

VITAL, M. M.; MOURA, J. T. *Vaz de. "Enxu queimado existe porque persiste": uma análise dos conflitos socioterritoriais na comunidade pesqueira de Enxu Queimado/RN*. *Geografia em Questão*, [s. l.], v. 16, ed. 3, 2023.